

# Estudo Técnico Preliminar 1/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 083/2024

## 2. Descrição da necessidade

Este estudo tem como objetivo avaliar a necessidade e os benefícios da contratação de um seguro predial para os ativos do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ, garantindo a proteção contra diversos riscos e possíveis prejuízos financeiros, englobando incêndios, raios, explosões, danos elétricos, roubo e furto de bens, compreendendo o Edifício Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ.

A contratação supracitada é obrigatória, por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, Art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, retificado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67, e tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física do bem imóvel, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros.

A administração pública tem a necessidade de garantir e assegurar o imóvel da sede da autarquia contra eventuais danos causados por causas naturais ou não.

Localização: Rua Afonso Pena, nº. 115 – Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Administração	João Cassimiro Araujo

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme a ser disciplinado no Termo de Referência.

A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto desta contratação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;

Endereço completo;

Manifestação acerca da qualidade dos serviços prestados; e

Identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

No caso de atestados fornecidos por empresa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Para efeito de cumprimento das etapas, entregas e prazos a serem previstos no Termo de Referência, deve ser considerado o calendário da cidade do Rio de Janeiro, para controle dos dias úteis.

A contratada deverá possuir autorização para funcionamento no ramo de seguro em território nacional, em modalidade compatível ao do objeto da presente contratação, conforme artigos 42 a 47 do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, que regula as operações de seguros Privados.

Na apólice a ser contratada deverá constar minimamente o seguinte:

Identificação e descrição das coberturas com suas devidas especificações.

Limite máximo de indenização (LMI) para cada cobertura.

Franquias aplicáveis a cada cobertura.

Prêmios discriminados por cobertura.

A apólice de seguro do terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 meses, nos termos da Lei.

Em caso de prorrogação do ajuste, o preço proposto no lance final será reajustado, mediante negociação entre as partes, tendo como base as estatísticas de sinistro da seguradora, devidamente comprovadas, de acordo com as condições fixadas pelo órgão regulamentador competente, no caso, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## 5. Levantamento de Mercado

Foram realizadas pesquisas a potenciais prestadores de serviços, que foram convocados a apresentar propostas para contratação de Apólice de Seguros, na forma pretendida.

Foi considerada a atual contratação, junto a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Não foi possível realizar cotações através de outras contratações governamentais, tendo em vista a peculiaridade do imóvel, que de forma generalizada não expressaria o valor correto e exato da contratação.

E dessa forma, não foi possível cumprir os requisitos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, dada as circunstâncias que se apresentam no caso concreto.

Segue abaixo as cotações obtidas:

--	--

EMPRESA	VALOR COTADO
Berkley International do Brasil Seguros S/A - CNPJ: 07.021.544/0001-89	R\$ 877,33
AXA Seguros S.A. - CNPJ: 19.323.190/0001-06	R\$ 1.084,56
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - CNPJ: 61.198.164/0001-60	R\$ 599,64

No caso atual, já está consagrado que a melhor solução para a necessidade de garantir e assegurar imóvel contra danos é a contratação de seguro predial, tornando desnecessário estudo sobre existência de outra solução cabível.

## 6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial contra incêndios, raios, explosões, danos elétricos, roubo e furto de bens no Edifício Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ.

A contratação de Seguro Predial é obrigatória, por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, Art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, retificado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67.

Na apólice a ser contratada deverá constar minimamente o seguinte:

1. Identificação e descrição das coberturas com suas devidas especificações.
2. Limite máximo de indenização (LMI) para cada cobertura.
3. Franquias aplicáveis a cada cobertura.
4. Prêmios discriminados por cobertura.

A apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 meses, nos termos da Lei, e caso a administração entenda pela renovação.

O seguro deverá ofertar a cobertura mínima discriminada, discriminada no item da estimativa das quantidades a serem contratadas.

A contratação se dará por meio de Contratação Direta através de DISPENSA ELETRÔNICA.

O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

A adjudicação do objeto será realizada pelo critério do Menor Preço Global.

A entrega dos serviços será realizada de uma única vez pela Contratada, devendo o mesmo ser atestado pelo fiscal e gestor do contrato nomeado através de Portaria.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estima-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial contra incêndios, raios, explosões, danos elétricos, roubo e furto de bens no Edifício Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ.

A contratação refere-se apenas ao imóvel situado a Rua Afonso Pena, 115 – Tijuca – Rio de Janeiro/RJ, sendo esta a única quantidade que se apresenta no momento.

A cobertura deverá atender na forma dos quantitativos da tabela abaixo:

COBERTURA CONTRATADA	LIMITE DE COBERTURA	FRANQUIA
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 3.000.000,00	Máximo de 10% das indenizações

Danos elétricos	R\$ 50.000,00	Máximo de 10% das indenizações com mínimo de 2.000,00
Roubo e furto de bens	R\$ 30.000,00	Máximo de 10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 853,84

A pesquisa de preços foi realizada com base no artigo 5º, incisos IV da IN Nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Foram realizadas pesquisas a potenciais prestadores de serviços, que foram convocados a realizar a apresentar apólice de seguros com as garantias mínimas necessárias.

Não foi possível realizar cotações através de outras contratações governamentais, tendo em vista a peculiaridade dos serviços, entre elas a quantidade de pavimentos, metragem quadrada, quantidade de móveis e equipamentos.

E dessa forma, não foi possível cumprir os requisitos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, dada as circunstâncias que se apresentam no caso concreto.

Estimativa de valores para a contratação:

ITEM Nº	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial contra				

1	13943	incêndios, raios, explosões, danos elétricos, roubo e furto de bens no Edifício Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ	Unidade	01	R\$ 853,84	R\$ 853,84
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 853,84

6. A pesquisa de preços com as proposta ofertadas encontra-se detalhada em **Anexo**.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento da solução, tendo em visto que o serviço objeto da contratação é único, não permitindo seu parcelamento.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Neste caso, não se aplica, tendo em vista que a Contratação de Seguro Predial não exige outras contratações, se resolvendo em si.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação foi planejada para o ano de 2025 e incluída no PAC do CRF-RJ sob a rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.04.005.003 - Seguros em Geral, conforme documento de Disponibilidade Orçamentária pertencente ao processo da contratação.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação supracitada atenderá a obrigatoriedade do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, Art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, retificado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67, que e tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física do bem imóvel, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros.

## 13. Providências a serem Adotadas

Realizar por meio de Contratação Direta através de Dispensa Eletrônica, a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de seguro predial contra incêndios, raios, explosões, danos elétricos, roubo e furto de bens no Edifício Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ.

A contratação supracitada é obrigatória, por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, Art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, retificado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67, e tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física do bem imóvel, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros.

Não há providências a serem adotadas, tendo em vista que não será necessário nenhuma modificação ou preparação do imóvel.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando atender à Instrução Normativa nº01/2020 – MPOG/SLTI, a empresa contratada deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

1. A contratada deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância;
2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, cumprindo a legislação vigente;
3. Cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicas pelas Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como o CONAMA respectivo.

Para a prestação dos serviços gráficos, objetos da presente contratação, são utilizados diversos produtos químicos, considerados tóxicos, dessa forma, geram resíduos/rejeitos após suas execuções, os quais pelas suas características, necessitam de adequados tratamentos quanto às destinações, a serem realizados pelas empresas do ramo, tendo em vista a minimizar os impactos ambientais.

Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – CGU, as características e procedimentos serão os listados a seguir:

Resíduos sólidos em geral ou rejeitos: Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

Procedimento: “Para a gestão de operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA. ”



## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

#### Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista que o mercado apresenta a mesma solução para a contratação em questão e que os demais itens necessários estão dentro dos parâmetros estabelecidos pela IN 05/2017, bem como IN 40/2020 e IN 73 /2020, esta equipe de elaboração de ETP opina pela viabilidade da contratação, uma vez que se trata de atendimento a exigências legais.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOAO CASSIMIRO ARAUJO**

Chefe do Setor de Administração

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD - Seguro Atual Sede.pdf (1.19 MB)
- Anexo II - Portaria 2028.24 - Estabelece o retorno ao Cargo da Presidência e mandato de conselheiro e outras providências e Revoga a portaria 1847.2024.pdf (470.43 KB)
- Anexo III - Portaria nº 1813\_2024 - Nomeia Empregados Públicos.pdf (827.16 KB)
- Anexo IV - Gestor e fiscal.pdf (617.78 KB)